

## Memória de Reunião

### 2ª reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente do PDUI - AUP

**Data: 06.03.2018**

**Participantes: (ver listas de presença)**

Coordenador pela Comissão Técnica: Alexandre Carrille

Coordenadora pela Emplasa: Letícia R. Trombeta

Relatora: Maria Cláudia Lima

#### **Síntese da Discussão:**

Letícia Trombeta iniciou a reunião apresentando os objetivos do plano e especificamente do Grupo de Trabalho (GT), quais sejam, produzir o relatório com a análise das propostas apresentadas na plataforma digital e o caderno preliminar de propostas, que será objeto das Audiências Públicas. Em seguida, apresentou a proposta de plano de trabalho, enviada por e-mail, que foi aprovada por todos. Sendo assim, o foco desta reunião é elaboração de diretrizes. Letícia frisou também a importância de se fazer a leitura do Panorama e do Diagnóstico Regional para pautar as propostas.

Marília Fanucchi fez um breve relato sobre a reunião realizada no dia 18 de dezembro por alguns membros do polo de São Paulo, onde foram elaboradas dez propostas para discussão no GT.

No GT anterior, o grupo optou pela divisão de temas, o que foi acatado pelos participantes nessa segunda reunião. Letícia apresentou os temas: Meio Ambiente – Patrimônio Ambiental e Paisagístico: Unidades de Conservação e Cobertura Vegetal Nativa; Recursos Hídricos; Saneamento Básico – Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Macrodrenagem; Qualidade do Ar; Risco; Impactos Ambientais na região – Setor Sucroenergético e Polo Cerâmico de Santa Gertrudes. Por consenso, optou-se começar a discussão pelo tema Saneamento Básico.

Marília apresentou os temas tratados pelo polo de São Paulo: uso do solo, bacias hidrográficas e mananciais; descarte de lodo; disposição de resíduos sólidos; fiscalização deficitária; criação da Agência Metropolitana da região.

Luiz Sertório frisou a importância de se criar estratégias de monitoramento para evitar a contaminação das águas, e garantir o adequado descarte de resíduos.

Raquel Metzner, membro do CTPB CBH-PCJ, relatou que a Câmara Técnica está fazendo a revisão do Plano de Bacias; assim, propôs que o PDUI trabalhasse junto à esta Câmara, pois muitas informações já foram levantadas no Plano de Bacias. Marília acredita ser essencial unir forças e sugeriu ver como essas informações se encaixam no PDUI, porque o tema é muito específico. Em seguida, apresentou a proposta elaborada por Aldo Takahashi: "A disponibilidade de Recursos Hídricos no Município deve ser fator condicionante para a ocupação e uso do solo municipal, tanto urbano quanto rural e com regras de sua utilização estabelecidas pelos níveis municipal e estadual, sendo que as bacias dos mananciais de abastecimento de água tanto superficiais como subterrâneos deverão ser protegidas por legislação municipal, incluindo seu Plano Diretor e seu Plano Municipal de Saneamento Básico. As ações de preservação e recuperação destes mananciais hídricos devem envolver os vários setores das gestões municipais, estaduais e principalmente da sociedade civil."

Hugo Leme comentou que o Plano do PCJ contém muitos dados importantes que podem ser aproveitados pelo PDUI. Alexandre Carrille indagou como poderia ser feita a inclusão dos dados do PCJ nas propostas do

GT e Letícia propôs uma reunião conjunta para discussão e também a colocação de propostas pelos participantes das Câmaras Temáticas do PCJ na plataforma digital. Marília então perguntou se esses dados foram enviados para elaboração do Diagnóstico Regional. Raquel respondeu que o PCJ já está com diagnóstico feito e que querem que seja considerado no PDUI, para ter uma uniformidade entre os planos, até porque os cenários até 2035 já estão prontos e as questões municipais já foram levantadas.

Marco Antônio de Faveri acha necessária a disponibilização de dados estaduais para juntar com os municipais, para ter embasamento para desenvolver o plano de trabalho.

Hugo pediu explicações sobre a criação de uma Agência regional, de qual seria o papel desta. Marília esclareceu que se trata da criação de uma Agência Metropolitana, que realiza estudos e fornece dados sobre as regiões e que teria o papel de acompanhar a implementação do PDUI. Luciano Bonfim disse que as várias agências fiscalizadoras e secretarias municipais sofrem uma deficiência e, por isso, sugere a criação de uma agência fiscalizadora metropolitana. Foi esclarecido pela Letícia a diferença entre agência fiscalizadora e agência metropolitana. Luciano, então, perguntou se o viés da agência metropolitana era de planejamento e deliberação para a região e Marília explicou que o Conselho de Desenvolvimento da região que tem papel deliberativo e a agência fornece insumos e estudos a este Conselho para pautar sua decisão.

Letícia releu a proposta do Aldo como uma possível diretriz, sendo questionada por Hugo, que disse que a gestão dos Recursos Hídricos cabe ao Estado e não aos Municípios. Aldo explicou que era uma questão de uso e ocupação do solo, que os municípios têm o poder de restringir a ocupação em locais com disponibilidade de recursos hídricos. Mariza Protá complementou, ressaltando a interface entre Plano Diretor e Plano Municipal de Saneamento, ou seja, o que for determinado nesses planos vai interferir na gestão e preservação dos mananciais; é a questão de interface entre o abastecimento urbano com o uso e ocupação do solo, que é uma prerrogativa dos municípios.

Luiz disse que é estratégico a restrição de uso do solo em áreas de manancial ser do âmbito municipal, mas há também legislação estadual que protege as áreas de manancial. Assim, é necessário a integração de políticas públicas. Ressaltou a questão da necessidade de assistência técnica para práticas agrícolas em áreas de manancial, visando a conservação do solo e das águas. Marília respondeu que tudo isso já está no trabalho feito pelo Comitê de Bacias. Assim, a proposta do Aldo ficaria como uma diretriz e o detalhamento ficaria por conta dessas especificações apresentadas no GT; a proposta se complementa com o que foi elaborado pelo Comitê de Bacias.

Marco Antônio ressaltou a questão de conflitos entre os municípios no que tange Planos Diretores. Alexandre, então, explicou que os Planos Diretores municipais deverão se adequar ao PDUI, e essa é a oportunidade de resolver esses conflitos. Letícia esclareceu que o macrozoneamento do PDUI é orientativo, e que esses conflitos e distorções serão tratados neste momento.

Hugo relatou os problemas de abastecimento que os municípios da Aglomeração tiveram devido à crise hídrica, e que retiravam água dos Rios Piracicaba e Corumbataí, que não tem barramento. Disse também que o Comitê está fazendo estudo de alternativas para os municípios abastecidos pelo Corumbataí, porque atualmente não há outra disponibilidade. Aldo acredita que os municípios devem restringir o crescimento como forma de prevenção em relação à questão da água. Mariza disse que cercar o crescimento não é o objetivo, mas sim organizar e direcionar o crescimento dentro do município, escolhendo áreas adequadas para cada uso, ou seja, organizando o uso do solo para garantir o abastecimento.

Luiz disse que não é possível barrar a expansão urbana com zoneamento; deve-se pensar no sentido de ordenar a expansão urbana de forma a minimizar os impactos ambientais das ocupações. Alexandre acha

que o plano é uma oportunidade para tratar essas questões e que é necessário vincular a expansão urbana à questão do consumo de água. Letícia disse que, novamente, o tema tem interface com o grupo de macrozoneamento.

Mariza trouxe a questão da disposição do lodo de esgoto. Acredita que se deve explorar o potencial agrônômico do lodo como fertilizante, minimizando o descarte em aterros sanitários. Luiz acha que essa proposta é muito específica para um plano regional e que existem outros usos para o lodo, como na construção civil. Lembrou também que o uso como fertilizante na agricultura pode ser um problema devido à questão hormonal presente na água. Marília concordou que a proposta seria muito específica, mas uma solução seria detalhar todos os usos.

Em seguida, Marília citou a questão da vinhaça, que é um problema na região, e que, se misturada com lodo, dá origem a biogás/biometano. Paulo Trigo trouxe a experiência de Limeira, onde o resíduo líquido da pectina de cítricos é usado como fertilizante em plantações de eucalipto. No entanto, está havendo a destinação inadequada deste fertilizante líquido na bacia de mananciais que abastece o município, especialmente após chuvas.

Hugo disse que a legislação ainda é muito restritiva em relação a esses usos de resíduos, lodo, etc. Acredita que é melhor deixar o uso em aberto. Mariza, então, propôs que fosse feita uma diretriz mais ampla e que depois se entrasse no detalhamento com os diversos usos. Paulo ressaltou que, nessa questão, deve ser tratada a restrição nas áreas de proteção aos mananciais.

Marília retomou a questão de energia e da produção de biogás. Já existem na região propriedades rurais com produção de energia fotovoltaica e biogás, gerando energia e jogando na rede, ganhando dinheiro com isso. Marco Antônio Jacomazzi concorda com o uso diverso dos resíduos sólidos, mas se preocupa que a proposta no plano fique muito superficial. No caso da vinhaça, acredita que as usinas não vão fornecer para geração de biogás, porque têm mais benefícios na sua destinação para a lavoura. Acredita que é melhor trabalhar com resíduos gerais do que entrar no detalhamento. Marília citou o Programa Paulista de Biogás, onde está prevista a obrigatoriedade do lançamento de uma porcentagem de biometano na rede de gás canalizado, diminuindo a quantidade de gás natural utilizado. Existe também uma normativa da Cetesb que a vinhaça seja diluída antes de jogar no solo e isso não está sendo feito, o que prejudica o solo. Quando se produz o biogás, as matérias orgânicas são retiradas, de forma que é possível ter as duas coisas, biogás e fertilizante, e isso seria vantajoso para as empresas.

Aline dos Santos fez a leitura da proposta 17 da plataforma, que trata da exploração do potencial bioenergético da AUP, particularmente a criação de uma usina de biomassa em Araras. Marco Favero questionou se há algum dado técnico para avaliar se a proposta é interessante ou não. Mariza acredita que já há um estudo, pois há até um mapeamento de rotas na proposta. Letícia disse que pode solicitar o detalhamento da proposta à entidade que colocou na plataforma e enviar posteriormente aos participantes do GT. Raquel frisou que a questão de bioenergia existe e funciona em alguns lugares, mas há outras com viés especulativo, sendo necessário tomar cuidado e ver quem de fato está fazendo de forma correta.

Carlos Ambrosano citou o CDR (Combustível derivado de Resíduos) e que o mercado está se mostrando altamente atrativo a este tipo de combustível. Há em Piracicaba o CDR2, que pode ser utilizado dentro das caldeiras da indústria sucroalcooleira. Acha importante tratar de energia e resíduos dentro do PDUI. Marília ressaltou que o CDRU (Combustível Derivado de Resíduos Sólidos Urbanos), de acordo com deliberação da Secretaria de Meio Ambiente, só pode ser queimado em cimenteiras, não pode ser utilizado em caldeiras de cana, que são utilizadas tanto para produzir etanol, como para açúcar. Assim, essa utilização do CDR2 em

Piracicaba precisa ser revista. Carlos respondeu que isso é um processo, uma adaptação, pois já existe uma estrutura instalada na indústria sucroalcooleira com pessoas estudando essa questão.

Fabiano apresentou a proposta de um sistema de cadastro dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de cada município para que todos possam ter acesso às informações. Ficou de enviar a proposta pela plataforma ou, se não couber, pelo e-mail. Letícia explicou o que é o SIM (Sistema de Informações Metropolitanas) e como ele poderia ser utilizado para esse fim.

Almir Guilherme acha que as diretrizes devem ser mais sintéticas do que o que foi apresentado. Apontou como solução que a Comissão Técnica enviasse as diretrizes para que o grupo pudesse analisar. Letícia esclareceu que a Comissão Técnica não vai enviar diretrizes, nem a Emplasa, porque o plano é participativo e as diretrizes devem ser elaboradas no âmbito do GT.

Procedendo aos encaminhamentos, Letícia reforçou a necessidade da participação de todos no trabalho à distância, já que há dificuldades para fazer as reuniões por vídeo conferência ou pessoalmente com tanta frequência.

#### **Encaminhamentos:**

1. Consolidação das diretrizes e propostas levantadas na reunião
2. Solicitação de detalhamento à ASSER sobre a proposta 17
3. Envio dos materiais ao grupo por e-mail
4. Prazo para retorno: cinco dias úteis

#### **Temas que ainda não foram tratados:**

- Meio Ambiente – Patrimônio Ambiental e Paisagístico: Unidades de Conservação e Cobertura Vegetal Nativa;
- Recursos Hídricos;
- Saneamento Básico – Macrodrenagem;
- Qualidade do Ar;
- Risco;
- Impactos Ambientais na região – Setor Sucroenergético e Polo Cerâmico de Santa Gertrudes.